

---

Augusto Nascimento

**MUTAÇÕES SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE  
NOS SÉCULOS XIX-XX:**

*Uma Síntese Interpretativa*

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

---

**Augusto Nascimento**

**Mutações Sociais e Políticas  
em S. Tomé e Príncipe  
nos Séculos XIX-XX:**

*Uma Síntese Interpretativa*

**Augusto Nascimento**

**Centro de Estudos Africanos e Asiáticos  
- Instituto de Investigação Científica Tropical**

**Fevereiro de 2001**

**Nota:**

Por favor, não reproduzir sem autorização do autor.

*Please, do no quote without permission.*

---

# Mutações Sociais e Políticas em S. Tomé e Príncipe nos Séculos XIX-XX:

*Uma Síntese Interpretativa*

---

## ***Estudos sobre S. Tomé e Príncipe na época contemporânea: uma breve resenha***

A visão de S. Tomé e Príncipe ficou marcada pelo cacau bem como pelas roças, imediatamente associada ao carácter retrógrado do colonialismo português, aparentemente gritante em meados de Novecentos. Por causa das disputas políticas em torno do colonialismo, o *cacau escravo* e a (pretextada) especificidade do colonialismo português - tópicos sobre os quais quase sempre discutiui de forma apaixonada -, constituíram por muito tempo os padrões de referência das visões históricas de S. Tomé e Príncipe, induzidas quer pela ideologia colonial quer pela ideologia anti-colonial. Só recentemente alguns estudos têm vindo aos poucos a relativizar tais pontos de partida que condicionaram em muito a produção histórica sobre o arquipélago.

Dentre as várias obras sobre o arquipélago, realce-se a de Francisco TENREIRO, acerca do qual será tentador extrapolar que, vistas as temáticas a floradas e o aparato teórico implícito, outras teriam sido as suas conclusões caso a obra tivesse sido produzida numa outra situação política que não a do Estado Novo. Se ser natural de S. Tomé e produto da miscigenação, não eram condições bastante para o tornar sensível à marginalidade social dos seus conterrâneos, a verdade é que podemos entrever na sua produção científica uma plataforma de subliminar reivindicação de reformas do colonialismo que, na própria lógica deste, se impunham para o tornar consonante com os propósitos apregoados de civilização e de contacto multirracial. O seu modelo de sociedade para S. Tomé e Príncipe era o de Cabo Verde, sociedade mais próxima da contribuição mais equilibrada da metrópole colonial e da terra colonizadora. Teoricamente actualizado, TENREIRO avançou numa produção científica que a prazo devia sustentar o ajustamento da política colonial. Sem dúvida, somos devedores de TENREIRO, cujo notável legado supera as limitações porventura decorrentes das condições políticas de exercício da investigação.

No pós independência sucederam-se vários trabalhos, dos quais merecem realce os de Pablo EYZAGUIRRE e de Gerhard SEIBERT, a que acrescem as contribuições de Robert Nii NARTEY, de William Gervase CLARENCE-SMITH, de Malyn NEWITT e de Tony HODGES e, ainda, de Michel CAHEN. Em termos algo simplistas, EYZAGUIRRE defende as plurisseculares plantações ou roças como estruturas proeminentes da plurissecular história do arquipélago e base da competição racial e política típica das sociedades plurais. Sugestivo, o trabalho de EYZAGUIRRE pecará por uma leitura da

evolução da história onde falta espaço para a vicissitude e onde sobram as simplificações atinentes a mostrar a recolonização dos séculos XIX e XX como uma premeditada estratégia dos colonizadores, até para épocas em que ela não só parecia incerta como nem sequer se prefigurava com os contornos que veio a ganhar neste século. Na verdade, a sua perspectiva finalista leva a alguns simplismos acerca do percurso dos sujeitos sociais, entre eles os colonizadores. Das várias virtudes do trabalho de EYZA-GUIRRE, cite-se a da abordagem da conflituosidade pós-independência à luz da grelha analítica, à luz da qual analisara a segmentação social prevalente no colonialismo.

Aparte alguns pequenos estudos sobre temas diversos, SEIBERT estudou profundamente as balizas e os condicionalismos sociais da cultura política numa micro-sociedade recém-independente em processo de transição de um regime de partido único para o da democracia. Justamente, ele tende a valorizar os meios e as redes de construção dos poderes informais em detrimento dos mecanismos políticos formais. À guisa de introdução abalçou-se, ademais, na investigação sobre o derradeiro quartel do colonialismo, formulando algumas analogias, discutíveis mas interessantes, entre o antes e o pós independência.

Estes dois autores forneceram o mais interessante contributo acerca das dinâmicas económicas, sociais e políticas do pós independência, um período em que prevalece mais a memória dos actores sociais e dos observadores do que a produção científica. De resto, não obstante os estudos referenciados de autores estrangeiros, a história contemporânea de S. Tomé e Príncipe permanece largamente desconhecida, em particular dos próprios são-tomenses. A par de algumas ideias feitas acerca das temáticas atinentes a processos como o da expropriação ou da repressão colonial de 1953, sobejam memórias avulsas sobre o passado nas roças ou sobre a militância associativa. Sobram, portanto, largos campos da evolução histórica e social a carecer de pesquisa, desde, por exemplo, a própria evolução política às dinâmicas sociais tais como o processo de integração/afirmação como, por suposto, se passará com os Angolares no seio da sociedade são-tomense.

Por maioria de razão, ainda faltam interpretações de conjunto e creio mesmo que, face à complexidade das mudanças sociais nas ilhas, ainda só podemos ensaiar esboços de síntese da recente história local. Na circunstância, arriscaremos ensaiar uma síntese do século XX.

---

### ***A importação de serviços e o pico de prosperidade do cacau***

O século XX chegou na fase ascendente do cacau quando a prosperidade prometia ser infinita e confirmar plenamente o acerto dos desígnios coloniais celebrados nas metrópoles europeias e, evidentemente, em Portugal, onde a saga colonial tinha uma função simbólica de sublimação da posição periférica do país no concerto das nações europeias.

Em S. Tomé e Príncipe verificava-se o mesmo ciclo económico de outros territórios coloniais onde se implantaram empreendimentos agrícolas coloniais. A prosperidade advinha, não da infinda fertilidade dos solos africanos, mas da exploração das terras florestais virgens, facto que não viria senão a ser comprovado à posteriori. Ao tempo, a crença na fertilidade inigualável dos solos africanos, mesclada com uma apriorística

profissão de fé na superioridade da agricultura europeia, impeliria à implementação de métodos de cultura intensivos e, uma vez firmada a capacidade de obtenção e uso da mão-de-obra africana, justificaria uma dada construção social assente na segmentação social e na desvalorização jurídica dessa mesma mão-de-obra, uma construção social deduzida do ordenamento social vigente e considerado necessário nas plantações.

Os primeiros indícios de cansaço das terras, traduzidos nos primeiros anos de Novecentos no aparecimento de doenças e no decréscimo das produções foram compensados com a insistência no cuidado intensivo com as plantações, do qual constava a capina, a adubação, a renovação das plantações e, enquanto foi possível, a desmatação e exploração de novos solos. Este modelo de aproveitamento da terra ainda se sustentou por decénios e a produção de cacau teve um pico a seguir à primeira guerra, quando em 1919 o arquipélago se firmou como o primeiro exportador mundial de cacau<sup>1</sup>. Tal sucedeu mesmo antes da crise do *rubrocintus* que nalgumas zonas da ilha devastaria cerca de um terço da superfície plantada. Os anos 20 conheceriam uma queda irremediável da produção cacauzeira, porquanto não se atingiriam novamente os valores das décadas anteriores. Entre as causas da quebra da produção citaram-se o envelhecimento das plantações, o esgotamento dos solos, as pragas, a falta de adubação, além da alteração do regime pluvial devida ao desmatamento sem critério, com implicações no menor sombreamento do cacau, por seu turno causador do aparecimento de doenças.

Como se percebe, este modelo de agricultura, assente numa rígida organização social necessária à condução das tarefas no mato, demandara crescentes contingentes de mão-de-obra, com implicações não apenas demográficas mas também políticas, como adiante veremos. Deixe-se já dito que, ao invés do que uma visão retrospectiva reportada à preponderância das roças poderá sugerir, quando do início da cafeicultura e da produção cacauzeira não existia uma preclara ideia de um modelo de plantação e, muito menos, a premonição de uma colónia talhada física e socialmente pelas roças. Mesmo já anos de 1880 quando se advogava a ideia de uma colónia-fazenda, não era claro que tal viesse a ser materializado.

A mão-de-obra não pudera ser encontrada no arquipélago por várias razões, entre elas a condição social dos ilhéus, a rarefacção demográfica e, aspecto crucial, a necessidade de dissociação do contingente braçal do tecido social local. Ao tempo do início do seu envolvimento na produção de café em meados de Oitocentos, os europeus foram acompanhados, quando não precedidos pelos ilhéus. Estes gozavam dos direitos de cidadania conferidos pelo assimilacionismo liberal de meados de Oitocentos. Entre os ilhéus vigorava uma diversificação social, além da clivagem entre eles e os escravos por eles habitualmente adquiridos nas costas próximas, mormente no Gabão. Se algum segmento populacional era passível de sujeição aos padrões de trabalho dos estabelecimentos produtivos orientados para a maximização do lucro, não era certamente o dos ilhéus com quem, de resto, os europeus, de início devotados para actividade comercial, procuraram estabelecer alianças económicas e sociais, nalguns materializadas em casamentos. Por estas razões, os ilhéus não se apresentavam como o alvo típico de empresas de colonização assentes no uso intensivo da mão-de-obra africana.

<sup>1</sup> Para uma avaliação das curvas de produção de café e de cacau desde os primórdios do século XIX até 1927, consulte-se *Boletim da Agência Geral das Colónias* n°43, Lisboa, 1929, pp.172-173.

## População de S. Tomé e Príncipe na primeira metade de Oitocentos <sup>2</sup>

| ANO  | ILHA     | HABITANTES     |                 |               |              |
|------|----------|----------------|-----------------|---------------|--------------|
|      |          | <i>Branços</i> | <i>Mestiços</i> | <i>Negros</i> | <i>Total</i> |
| 1807 | Príncipe | 80             | 194             | 4 501         | 4 775        |
| 1812 | Príncipe | 100            | 200             |               | 4 875        |
| 1814 | Príncipe |                |                 |               |              |
| 1827 | Príncipe |                |                 |               | 5 001        |
| 1838 | Príncipe | 50             | 153             | 5 569         | 4 772        |
| 1839 | Príncipe |                |                 |               | 4 514        |
| 1843 | Príncipe | 138            |                 | 4 446         | 4 584        |
| 1851 | Príncipe |                |                 |               |              |

Como se depreenderá da evolução dos montantes demográficos expostos, outra razão da impossível sujeição prendia-se com a rala população local. Esta de modo algum poderia corresponder a uma demanda de braços sustentada pelo previsível incremento das explorações agrícolas que tornaria irrisórias as cifras alvitradas por vários governadores ao longo do terceiro quartel de Oitocentos. Como se perceberia mais tarde, a necessidade de braços derivaria cada vez mais, não do cômputo dos braços precisos

## Dados demográficos de S. Tomé e Príncipe no terceiro quartel de Oitocentos <sup>3</sup>

| ANO  | S. TOMÉ      |                          |                 | PRÍNCIPE     |                          |                 |
|------|--------------|--------------------------|-----------------|--------------|--------------------------|-----------------|
|      | <i>Total</i> | <i>Escravos Libertos</i> | <i>Europeus</i> | <i>Total</i> | <i>Escravos Libertos</i> | <i>Europeus</i> |
| 1851 | 9 997        |                          |                 |              |                          |                 |
| 1855 | 8 072        | 2 119                    | 115             | 4 181        | 2 461                    | 35              |
| 1856 | 10 787       | 2 849                    | 107             |              |                          |                 |
| 1859 | 10 939       | 4 311                    | 272             |              |                          |                 |
| 1860 | 10 433       | 2 993                    | 151             |              |                          |                 |
| 1864 | 13 498       | 5 778                    |                 |              |                          |                 |
| 1867 | 16 523       | 7 263                    | 395             |              |                          |                 |
| 1868 | 16 510       | 7 129                    | 436             | 2 785        | 978                      | 49              |
| 1870 | 18 017       | 7 262                    | 449             |              |                          |                 |
| 1871 | 20 211       | 7 060                    | 729             | 2 825        | 934                      | 91              |
| 1872 | 18 847       | 7 740                    | 574             | 2 738        | 835                      | 76              |
| 1875 | 29 441       |                          | 741             | c. 1 900     |                          | 45              |

<sup>2</sup> Fonte: NASCIMENTO, Augusto, 2000, *Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados do presente século*, p.48.

<sup>3</sup> Fonte: *idem*, p.74.

em cada momento, mas da imaginada necessidade em razão do prospectivo lucro, por sua vez reportado ao alargamento das explorações, aos métodos de cultivo e às expectativas dos comportamentos das cotações. A solução para as necessidades de mão-de-obra residia na sua procura no exterior, a qual, todavia, seria crescentemente empecida pela aplicação dos compromissos de Portugal com a Inglaterra, no âmbito da cessação do tráfico transatlântico de escravos. Vários artifícios legais sustentaram o trânsito de indivíduos libertos de Angola para S. Tomé entre c.1860 e c.1874. Em todo o caso, este aprovisionamento de braços afigurava-se uma solução que, obedecendo aos critérios de curto prazo dos investidores, criava a prazo problemas políticos e sociais relativos ao destino social de um crescente grupo cuja definitiva emancipação estava aprazada para 1878.

A abolição formal em 1875 da condição jurídica de libertos (um sucedâneo da condição de escravo finda em 1869) abria as portas ao engajamento de serviçais, ou seja, ao contrato de trabalhadores, primeiro de várias zonas do Golfo e, depois, de *angolas*, isto é, de sujeitos recrutados para as roças em Angola mas que podiam ser resgatados bem no interior de África. Independentemente das condições de vida e de trabalho dos serviçais, objecto de várias abordagens em textos coevos bem como em trabalhos actuais, o que importa reter é o de uma evolução demográfica marcada por um avultado crescimento, uma vez mais assente na importação de gente. Não só ajudando a repor os contingentes de braços perdidos no respaldo da *crise braçal* de 1875 mas ampliando também o volume de mão-de-obra posto à disposição dos roceiros, esta evolução demográfica assente na importação de serviçais teria implicações na consolidação económica das roças nascidas nas décadas precedentes.

### Indicadores demográficos de S. Tomé e Príncipe (1878-1950) <sup>4</sup>

| ANO  | S. TOMÉ          |                |                 |              | PRÍNCIPE         |                |                 |              |
|------|------------------|----------------|-----------------|--------------|------------------|----------------|-----------------|--------------|
|      | <i>Serviçais</i> | <i>Nativos</i> | <i>Europeus</i> | <i>Total</i> | <i>Serviçais</i> | <i>Nativos</i> | <i>Europeus</i> | <i>Total</i> |
| 1878 |                  |                |                 | 18 266       |                  |                |                 | 2 662        |
| 1882 |                  |                |                 | 21 000       |                  |                |                 |              |
| 1885 |                  |                |                 |              |                  | 3 000          |                 |              |
| 1893 |                  |                |                 | 22 000       |                  |                |                 |              |
| 1899 |                  |                |                 |              | 3 270            | 630            | 125             | 4 090        |
| 1900 | 18 033           | 18 128         | 1 012           | 37 776       | 3 103            | 1 022          | 173             | 4 327        |
| 1905 |                  |                |                 | 38 000       |                  |                |                 |              |
| 1907 |                  |                |                 |              |                  | 350            |                 |              |
| 1909 |                  |                | 2 000           | 64 221       |                  |                |                 |              |
| 1910 |                  | 18 921         | 1 460           |              |                  | 400            | 110             |              |
| 1914 | 33 107           |                |                 | 53 520       | 3 780            | 1 330          | 198             | 5 311        |
| 1918 | 39 605           |                |                 |              | 4 331            |                |                 |              |
| 1921 | 38 697           | 19 196         | 998             | 52 150       | 5 804            | 994            | 111             | 6 905        |

| ANO  | S. TOMÉ E PRÍNCIPE |                |                 |              |
|------|--------------------|----------------|-----------------|--------------|
|      | <i>Serviçais</i>   | <i>Nativos</i> | <i>Europeus</i> | <i>Total</i> |
| 1940 | 28 459             | 31 036         | 995             | 60 490       |
| 1950 | 24 060             | 34 947         | 1 152           | 60 159       |

<sup>4</sup> Fonte: *idem*, p.131.

A importação de serviçais não só ajudaria a transformar economicamente as ilhas como acabaria por escorar a hegemonia dos roceiros. Ou seja, para nos referirmos à terceira razão da procura de braços no exterior, o afluxo de braços permitiria a tão desejada dissociação entre as roças e o tecido social no qual elas se implantaram. Na verdade, era mais fácil sujeitar aos padrões de vida e de trabalho das roças, indivíduos socialmente desenraizados e sem qualquer ligação ao universo social circundante. Mais importante, emergiriam, por via de fenómenos complexos e amiúde contraditórios próprios da vida em universos fechados, processos de identificação com a roça e com o roceiro e, concomitantemente, de afastamento ou mesmo antagonismo face aos ilhéus. Deste ponto de vista, algo da hegemonia dos roceiros escorou-se na importação de um segmento estranho às ilhas e, ao contrário de retrospectivos apriorismos ideológicos sobre a solidariedade racial, aos ilhéus. A distância social procurada pelos ilhéus que, também eles empregadores de serviçais e com padrões de vida cosmopolitas e pautados pela sociabilidade europeia, não podiam deixar de sentir genuinamente diferentes dos serviçais, contribuía para a animosidade recíproca entre uns e outros. Não espanta, pois, o envolvimento de serviçais em conflitos sobre a posse de terra não só entre europeus e ilhéus, como entre proprietários em geral.

Por razões de política internacional, na qual a similitude entre a importação de serviçais e o antigo tráfico de escravos se tornou uma questão assaz polémica nos derradeiros anos de Oitocentos e no virar do século, os dois primeiros decénios de Novecentos trouxeram a primeira inflexão significativa na condução da política de mão-de-obra. Sem reflexos na estrutura do poder, pois que se mantiveram grosso modo intactos os princípios da importação de mão-de-obra e a estrutura de propriedade, tal inflexão consistiria na maior observância da cláusula relativa à repatriação e, por conseguinte, na substituição parcial da importação de *angolas* pela importação de caboverdianos, moçambicanos, afora esporádicas contratações de *guinés* e de indianos, tal como no derradeiro decénio de Oitocentos os roceiros tinham ensaiado a contratação de centenas de *coolies* e de *kroomanos*. Face às resistências em Angola à continuação da emigração de braços, os roceiros voltaram-se para outras fontes de aprovisionamento de braços. Graças às influências movidas desde Lisboa, os caboverdianos foram recrutados na sequência das fomes começadas em finais de 1902, mas a sua adaptação às roças revelar-se-ia difícil. Os caboverdianos seriam recrutados consoante a conjugação da premência da necessidade de braços e do agravamento das condições climáticas e, consequentemente, sociais em Cabo Verde.

As repercussões da polémica do *cacau escravo* e a própria contestação em Angola forçariam os governos a obrigar os roceiros à repatriação de serviçais, principal alvo dos críticos que, com frequência, anuíam quanto ao bom tratamento dos serviçais, ainda assim vítimas de taxas de mortalidade inexplicavelmente elevadas. Sem nunca cessar de argumentar com alguma razão que alguns repatriamentos equivaleriam a uma violência, nem de enjeitar a oportunidade para a derrogação temporária da repatriação dos serviçais, os roceiros foram cedendo e observando a repatriação, mormente dos de Moçambique cujos governadores tinham desde o início do recrutamento mostrado relativa intransigência relativamente ao repatriamento da 'sua' mão-de-obra. De 1908 a 1922 repatriar-se-iam 45966 trabalhadores, fora os menores: 24433 para Angola, 14969 para Moçambique e 6564 para Cabo Verde e outras regiões.

A maior latitude de poder conferida na República aos governadores e altos-comisários das colónias significou um acréscimo de litígios e disputas entre elas e os

roceiros, repercutidos em demandas e concessões de recrutamento de braços que amiúde eram revogadas. Se até ao fim da I Guerra, os moçambicanos supriram o défice de *angolas*, cujo recrutamento foi assaz modificado e mesmo cerceado com o advento da República, a primeira metade dos anos 20 trouxe a quase absoluta renitência de Angola e de Moçambique ao fornecimento de braços para as ilhas do cacau. Este só seria retomado depois de negociações dos *modus vivendi* de 1926.

### ***O associativismo são-tomense na República***

Ao invés da ideia feita de uma consciência emergente por debaixo da opressão colonial, a vitalidade do associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos foi reflexo, não da opressão colonial, mas da prosperidade económica de muitos *filhos da terra*, capazes, por isso mesmo, de pensar a discriminação de que eram alvo. De alguma forma em resultado da sua condição económica, os são-tomenses foram durante a República figuras de proa dos vários organismos que em Lisboa federavam o associativismo dos naturais das colónias portuguesas.

Nos primeiros anos de Novecentos, a emergência da discriminação racial levou à emergência de um associativismo são-tomense, por um lado animado pela descoberta dos valores da 'raça negra' nessa época, por outro limitado, por exemplo, da pequenez do território e da própria tradição cultural, ela mesma já afectada por essa atrofiada tradição de rala produção intelectual. Ainda na Monarquia, esse movimento associativo teve as suas primeiras expressões em associações económicas - das quais a primeira foi a Caixa Económica de S. Thomé fundada em 1905 - que visavam proteger os empreendimentos económicos dos ilhéus.

O arquipélago acompanhava as mutações ideológico-políticas no reino. O republicanismo grassava não só devido à presença de exilados políticos como devido à identificação dos maiores roceiros - caso do marquês de Vale Flor - com a Monarquia. A ideia de que se preteria o progresso público para privilegiar os grandes roceiros terá feito crescer a simpatia pelo ideário republicano. Entre os ilhéus, um dos motivos de adesão ao republicanismo seria o da crescente discriminação racial - razão da publicação em Lisboa em 1908 do manifesto ao Parlamento Portuguez. Representação dos Filhos de S. Thomé e mote de muitas correspondências para os jornais do reino - e arbitrariedade governamental, materializada na não realização das eleições municipais desde 1902 (que, adiante-se, não se voltariam a realizar senão já no pós independência).

Por causa disto, a República alimentou um crescendo de esperanças que ela própria desfaria. Foi bem recebida pelos ilhéus mas a relação destes com o novo regime seria difícil, especialmente devido ao protagonismo dos europeus que, mais do que em períodos anteriores, quiseram subalternizar os ilhéus. Em 1910, a implantação da República foi acompanhada de conflitos, únicos nas colónias portuguesas. Apesar dos conflitos terem oposto europeus, a verdade é que, na linha do investimento ideológico dos republicanos na questão das colónias, se insinuava a ideia de uma especial aptidão para a colonização pela circunstância de se ser europeu, o que trazia consigo o gérmen da subjugação dos ilhéus. Assim se entende que os nativos do Príncipe, embora decerto instrumentalizados pelos roceiros, tenham solicitado a reposição do cargo de gover-

nador distrital no Príncipe - cargo extinto por decreto de 19 de Abril de 1911 - que preferiam a subordinação à comissão administrativa municipal dominada pelos residentes europeus mesmo se republicanos.

Em S. Tomé e Príncipe, a República revelou-se um regime de paradoxos porquanto, ao mesmo tempo que se afirmaria um difuso racismo que bebia do insuflado nacionalismo, abriu as portas à expressão de pretensões politizadas dos africanos e, logo, aos antagonismos sociais de recorte racial. A Liga dos Interesses Indígenas foi o principal movimento associativo dos ilhéus na República. Como que duplicando as outrora económica e socialmente corporações religiosas, a Liga dos Interesses Indígenas espalhou-se pelas várias freguesias e granjeou adesão da generalidade dos nativos.

O movimento associativo nativo teve de lidar com as diferenciações sociais, na dupla perspectiva da afirmação grupal são-tomense face aos europeus e na da distinção social e política da própria elite face aos seus conterrâneos. A elite supunha-se apetrechada para manusear as noções europeias de progresso e, na circunstância, de trabalho. Assim, num contexto de crescente pressão sobre a potencial mão-de-obra africana, elementos da elite são-tomense tenderam a reagir defensivamente, isto é, a adoptar certos esteios do pensamento colonial, um procedimento convergente com a aludida diferenciação social intra-ilhéus. Apostados em prevenir o nivelamento dos ilhéus com serviçais, em aproveitar mão-de-obra local e com isso, em desmentir as acusações de atávica ociosidade e de vadiagem nos nativos, ainda antes da República, vários ilhéus tinham alvitado a substituição da tradicional permuta de trabalho denominada de 'irmandade' pela institucionalização do salariado através da criação de uma Companhia de Trabalhadores são-tomenses. Na década de 1910, esta proposta foi retomada pela Liga dos Interesses Indígenas, que nisso jogava um papel de charneira, reclamando dividendos aos colonizadores e prospectivando a redenção aos conterrâneos com o abraçar das concepções europeias de progresso e de trabalho. Os proponentes da Companhia de Trabalhadores Livres, ao mesmo tempo que intuía correctamente da aversão dos roceiros a um mercado de trabalho, recorrendo, por isso, à institucionalização da oferta de braços - com o que pretextavam aliviar uma alegada pressão de recrutamento para as roças ou para o aparelho militar -, revelaram uma significativa incapacidade de antecipar e remover a aversão dos seus conterrâneos ao trabalho assalariado nas roças. Regulamentada por portaria provincial de Novembro de 1913, a Companhia de Trabalhadores Livres foi rejeitada talvez também por ratificar não só uma proletarização simbolicamente gravosa, mas também a diferenciação social entre os ilhéus não imediatamente perceptível nos esquemas tradicionais de permuta de trabalho. Para o comum dos são-tomenses, os ajustes de trabalho no âmbito das 'irmandades' preservavam as posições sociais relativas entre eles. Também a preferência dos roceiros por serviçais importados e sem ligações à terra terá inviabilizado a possibilidade de emprego para as escassas centenas de ilhéus que se dispuseram a trabalhar nas roças. No plano económico mais imediato, os mais importantes proprietários nativos ficavam privados da função de corretagem de mão-de-obra, assim como do suposto reconhecimento dos colonialistas que incumbiam à idónea Liga dos Interesses Indígenas a remoção da aversão dos ilhéus ao trabalho.

Apesar das ambiguidades dos seus dirigentes embebidos das categorias europeias de progresso e de trabalho, que os conduziram a equivocados projectos como o da Companhia dos Trabalhadores Livres e à comunhão dos pressupostos higienistas contra manifestações culturais ditas gentias e avessas ao grau de civilização dos *filhos da*

*terra*, a Liga dos Interesses Indígenas mobilizou os são-tomenses contra o decreto do cultivo obrigatório das terras de 1912, contra o imposto de capitação e contra o primeiro alvitre de demolição de casas no centro da cidade a coberto da necessária salubridade pública. Em 1917, os ilhéus sentiram-se ameaçados pelo decreto nº13366 que adaptava para o arquipélago a lei de expropriação por utilidade pública de Julho de 1912, considerando de utilidade pública as expropriações para diversos fins, entre eles a salubridade pública. Assim formulado, este decreto criava amplas possibilidades de extorsão dos ilhéus proprietários. Ainda de 1917, também o decreto nº13579 que criava o imposto de capitação indígena, bem como o decreto nº13644 sobre o regulamento de contribuição industrial provocariam contestação e, muito por via da propalada conflituosidade em Angola, ter-se-á chegado a aventar a ideia de uma insurreição nativa. Prevenindo as consequências danosas resultantes de se imputar aos ilhéus uma qualquer intentona, a Liga dos Interesses Indígenas apressou-se a desmentir tais rumores. A qualquer acção violenta, os ilhéus e a Liga dos Interesses Indígenas preferiam a reclamação legal. Fosse pela inoportunidade, fosse pela sua inexequibilidade imediata, o imposto de capitação seria suspenso. Registe-se, ainda, que a Liga dos Interesses Indígenas também apoiara a Igreja e as corporações religiosas na luta contra a tentada expropriação dos bens da Igreja, da mesma forma que, até pelo catolicismo predominante entre os ilhéus, associados da Liga assumiram os corpos sociais das associações laicas substitutas das corporações religiosas extintas pela República.

Além da sociabilidade firmada em torno dos jornais, floresceram as agremiações culturais norteadas dos padrões de cosmopolitismo e da vida mundana europeia. Lembrese que se, por um lado, esse associativismo social e recreativo e a vida social beneficiavam da prosperidade da exportação do cacau e do acréscimo dos réditos públicos a ela indexados, por outro, eram prejudicados pelo efeito de atrofia da vida citadina devido à modelação do meio social à imagem das roças, à expatriação dos capitais, ao consequente absentismo dos proprietários e, note-se, à expatriação dos próprios ilhéus. Sem embargo da importação de actividades lúdicas, as ocasiões de lazer tornavam-se raras e as agremiações deixavam de ser frequentados pela elite para progressivamente adquirirem um cunho de representação social. Assim, o lazer, objecto específico de criação de sociedades em meados de Oitocentos para entretenimento da elite que ainda residia ou frequentava a cidade, tornou-se, senão exclusivamente, pelo menos em parte veículo de afirmação social dos seus promotores, mormente associações de vocação política e sindical, caso da Liga dos Interesses Indígenas, dos nativos, e da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura, a organização de classe dos empregados que, na circunstância, assumia também implícitos contornos de uma associação de cariz racial. Com efeito, frequentemente o discurso reivindicativo era contaminado por asserções por onde perpassava um nacionalismo mesclado com o emergente racismo.

Os condicionalismos citados para o movimento associativo afectariam igualmente a imprensa. A imprensa da metrópole - incluindo a republicana no tempo da Monarquia - e de outras colónias era lida nas ilhas, donde eram também enviadas muitas correspondências para esses jornais. Porém, este interesse pela imprensa nunca fora suficiente para sustentar de forma continuada a imprensa na terra, afrontada pela exiguidade do mercado e, amiúde, pelos governantes. Com a República, a prosa divulgação de mensagens doutrinárias tornou aparentemente inadiáveis os jornais. A par dos editados por europeus, por europeus e nativos, estes publicaram nos anos 10 e 20 vários jornais de pendor militante - Folha de annuncios, A Verdade, A Liberdade e O Combate

- onde foi notória a crescente crispação resultante de um racismo cada vez mais operante na conflituosidade social. Esta reflectiu-se nas vicissitudes dos jornais porquanto A Verdade viu a sua publicação interrompida pelo empastelamento da sua tipografia em Agosto de 1912. O jornal A Liberdade passaria a dado passo a ser impresso em Luanda. Finalmente, em 1925, após a publicação do sexto número O Combate seria suspenso pelas autoridades pouco complacentes para com os discursos combativos dos ilhéus. Desde o primeiro número, O Combate inserira textos em crioulo local, apesar desta prática não constituir uma originalidade pois fora adoptada por jornais de europeus. O Combate foi o último jornal de ilhéus. A partir de então, a actividade jornalística de são-tomenses teve lugar noutros jornais, mormente no jornal O Brado Africano editado em Lourenço Marques.

Embora sem sermos taxativos, diríamos que, ao tempo, a consciência proto-nacionalista - uma designação eventualmente enganadora em razão da prevalecte perspectiva finalista do nacionalismo - parecia mais dirigida à afirmação social dos nativos do que a um projecto de secessão política. Na verdade, a reivindicação principal parecia ser a da plena cidadania com que os ilhéus ensaiavam conter a corrosão das suas condições económicas e sociais, combater a discriminação racial e preservar a posição social intermédia.

### ***A repressão política e o destroçar do associativismo são-tomense***

Em nome da paz social e racial, a Ditadura e, em seguida, o Estado Novo impuseram a resolução, quando necessário pela via policial e administrativa, de conflitos entre e com nativos e europeus. Na verdade, os governadores nomeados pelo poder pós 28 de Maio mostraram-se pouco tolerantes com a independência de espírito dos ilhéus que não podiam deixar de olhar como contrária a uma natural hierarquia social. Quando das eleições para o Conselho Superior das Colónias a 14 de Novembro de 1926, os ilhéus, adversários do candidato designado pelas autoridades, tentaram opor-se a presumidas fraudes, em resultado do que ocorreram incidentes, dos quais resultou a morte de um nativo e vários feridos entre nativos e europeus. No mesmo dia, a sede da Liga seria incendiada por europeus perante a óbvia complacência das autoridades. Este conjunto de incidentes seria o pretexto para a dissolução da Liga por alegadamente ela representar um factor de perturbação da ordem pública.

Nos anos subsequentes, os europeus viriam a ser os autores das maiores provações das autoridades. Em 1931, na sequência de uma política de restrição orçamental e de afastamentos de cargos públicos que não podiam deixar de ser lidos como afrontas pessoais, militares europeus, coadjuvados por alguns nativos, fizeram o governador Vieira Fernandes embarcar à força para Lisboa. Tal evento, embora influenciado pela oposição republicana, relevava mais das contendas locais do que de uma oposição política ao regime embora, por ter sucedido às rebeliões dos Açores, da Madeira e Guiné, assim tenha sido lido pelas autoridades de Lisboa. Ao invés do sucedido na Guiné, os sediciosos não mereceram qualquer contemplação. Tal significava que, independentemente da lealdade política dos roceiros - a espaços questionada por governadores e mais autoridades, movidos pelo ressentimento, pela inveja social e, com certeza, pelo atrito com um foco de poder que não dominavam -, as roças eram um

esteio da soberania na colónia, soberania que não dependia estritamente do número de funcionários e de assalariados europeus. Para estes, tal era o indicador de que em tempo de crise eles não tinham préstimo algum nem sequer em nome da soberania colonial. Nos anos seguintes, alguma solidariedade de índole racial subjazeria ao repatriamento de europeus que pela sua indigência davam nas ruas da cidade uma degradada e inconveniente imagem da 'raça' colonizadora.

A este respeito, abramos um parêntese para abordar as apregoada discriminação racial e solidariedade raciais. A estruturação de S. Tomé e Príncipe como uma sociedade colonial, marcada ademais pela progressiva corrosão da cidadania dos ilhéus e pela desqualificação da mão-de-obra serviçal, fez que a oposição e a discriminação raciais avultassem como dados basilares do meio social do arquipélago. Destas proposições mais ou menos consensuais, bem como de casos vividos pelos são-tomenses não pode, todavia, ser deduzida uma inequívoca solidariedade racial entre europeus dirigida contra os ilhéus. Desde logo porque, para efeito da análise histórica, as relações raciais não podem ser objecto de enunciações a-históricas e intemporais ainda que lógicas. Na verdade, em S. Tomé e Príncipe as relações raciais conheceram variações significativas em razão de diferentes contextos. Centremo-nos, então, na presença de europeus, de modo algum equivalente à europeização do tecido social a que a estruturação económica e social hegemónica pelas roças era avessa. A alegada prosperidade das roças não significou que parte substancial dos europeus não tenha conhecido a desdita e a morte no arquipélago (embora se trate de uma questão ainda por estudar, arriscaríamos dizer que em certas épocas a mortalidade dos europeus não deverá ter sido muito inferior à dos serviçais). A fiabilidade dos empregados europeus, conquanto conveniente, não era absolutamente necessária às roças nem aos comerciantes. Amiúde, os empregadores e, em particular, roceiros prescindiam da mão-de-obra europeia. Mais, ao invés da protecção devida aos serviçais pelo valor que eles representavam para a roças, os assalariados europeus estavam sujeitos às regras do mercado de trabalho. A sua situação tornava-se assaz precária, especialmente quando os roceiros se forçavam a cortes nas despesas, despedindo europeus substituídos nas suas funções de vigilância por serviçais. Assim, na época de maior prosperidade no virar do século, vários indigentes europeus pereciam nas ruas de S. Tomé e Príncipe, ao mesmo tempo que as autoridades não punham em prática medidas administrativas de limitação de ingresso de europeus que elas mesmas aprovavam. Nos anos 30, para o nacionalismo pautado pela ideia de superioridade racial tornou-se intolerável a presença de indigentes europeus nas ruas, pelo que acabaram por ser repatriados a expensas do erário público. Adiantemo-nos no tempo para dizer que, nos derradeiros decénios do colonialismo, os roceiros seriam objecto de críticas por, em momentos de dificuldades económicas, alijarem a mão-de-obra europeia, causando claros embaraços às autoridades. Segundo a versão da PIDE, aos roceiros pouco importava o destino dos seus trabalhadores, preocupados que estavam com a sobrevivência dos seus interesses económicos para além da hipotética independência. Serve este excursão para precaver leituras simplistas que, desligadas do contexto históricos, reflectem mais as projecções das visões ideológicas dos autores do que a interpretação de uma realidade social necessariamente complexa e de modo algum unidimensional.

Retomando os anos 30, realce-se, ainda, que a visita de 1932 do ministro das colónias terá ficado marcada pela alegada (ou intentada) manifestação de oposicionistas,

decerto reprimida ou, pelo menos, contida pelas autoridades. Aparentemente, o papel dos europeus residentes no arquipélago contava pouco para o novo poder político em Lisboa. Com efeito, a redução das oportunidades para os comerciantes em resultado não apenas das medidas de compressão orçamental mas da redução dos salários dos serviços para atender às dificuldades económicas dos roceiros derivadas da queda da cotação do cacau, levariam os comerciantes a elaborar uma representação a Salazar na qual denunciavam o aperto económico em que se encontravam e a ruínosa gestão económica da colónia. Tal constituía mais um episódio na luta entre roceiros e comerciantes pela apropriação dos rendimentos gerados na colónia. Tratava-se de uma questão pendente havia dezenas de anos e, em parte, atinha-se à existência de cantinas nas roças, um mecanismo pensado não apenas na perspectiva económica mas em razão dos condicionalismos (caso do isolamento) das roças e do interesse na limitação da mobilidade dos serviços. A pouco e pouco, mormente à medida que também sentiam os efeitos da expropriação e do empobrecimento dos ilhéus, os comerciantes foram reclamando contra esse privilégio das roças a quem acusavam de concorrência desleal. Sujeito a irrupções e a composições de interesse conforme às flutuações políticas, essa pendência arrastou-se até 1956, quando a nova regulamentação da importação e exportação e a abolição das cantinas nas roças de finais do ano anterior deverão ter estado na base das dissensões públicas entre o ex-governador Vaz Monteiro e o governador em funções, Pires Barata, por ocasião das comemorações da Revolução Nacional em Maio de 1956. Essas disposições terão igualmente gerado descontentamento entre os administradores que provavelmente beneficiariam pessoalmente da existência de lojas nas propriedades.

Retornando de novo aos anos 30, no tocante aos ilhéus a situação não era melhor. Devido à compressão orçamental, também tinham sido afastados de empregos na administração pública. Mais, nas condições políticas dos anos 30 cessou a tibieza na cobrança do imposto individual indígena. Décadas a fio, o ónus político da sujeição dos ilhéus e de eventuais inibira o poder de forçar a sua indigenização, cingindo-se a casuísticas tentativas de derrogação da respectiva cidadania. Já na década de 30, governantes coloniais encetaram a tentativa, não de indigenização formal, mas de extorsão de trabalho dos nativos. Julgando corresponder aos desejos dos roceiros, carentes de braços mas interessados na importação de gente e não no concurso de braços locais, o governador Vaz Monteiro extremou as condições de exactão de trabalho através da cobrança do imposto individual indígena. A pressão social por meio do imposto individual apareceria como um acto de desmedida agressividade política contra os ilhéus. O Partido Nacional Africano não tivera actividade de monta na metrópole mas radicalizaria a luta na ilha de S. Tomé. Com efeito, em 1935, afastando-se da petição verbal dos notáveis e mobilizando a população, o Partido Nacional Africano reagiu a essa gravosa derrogação da cidadania dos são-tomenses, conduzindo acções de rua. Não obstante a amplitude da adesão ao protesto, a sua acção terminou, como era previsível, com a detenção dos seus dirigentes. Os ilhéus conformar-se-iam e aceitariam solver o tão odiado imposto.

Assim, por efeito da pressão política das autoridades coloniais, a década de 30 trouxe clivagens na elite local. Parte dela, ficava neutralizada com a detenção dos cabeças do Partido Nacional Africano, ao qual sobreviria o definhamento do associativismo, restando só associações culturais e recreativas e uma destroçada elite nativa. Na verdade, a outra parte da elite local estava remetida a uma postura discreta, apos-

tando na promoção do progresso civilizacional dos são-tomenses como condição de futuras proposições políticas. Assim, sem deixar de denunciar a degradação das condições económicas dos nativos, os mais ilustrados insistiam em que os seus patrícios deviam perseverar na afirmação de uma conduta civilizada, mormente pela frequência das agremiações culturais e recreativas, entre elas o Grémio Africano e a Associação Recreativa de S. Tomé. Estas proposições da fracção ilustrada da elite local tinham, com certeza, reduzido eco pela própria distinção social face à generalidade dos seus conterrâneos que, entretantes, não só via cerceadas as hipóteses de ascensão social como a sua posição perigar em virtude dos processos de execução fiscal e de tributação que os empurravam para a marginalidade e para padrões de vida de mera subsistência.

Na defensiva, esta fracção da elite são-tomense tentou estabelecer pontes com o poder colonial, o qual, por um lado, ignorava cada vez mais as populações coloniais e, por outro, minava as associações não tuteladas. Marginalizados, muitos ilhéus não se reveriam no associativismo de inspiração europeia, pelo que recusavam a proposta de um arremedo de cidadania materializada na militância nas associações culturais e recreativas. Para a elite, o seu associativismo - resultado do conglomerado de individualismos, de vontade de cidadãos - provava de um certo patamar civilizacional. Porém, dir-se-ia que na década de 30 os ilhéus, empobrecidos e descrentes, não reconheciam estas virtualidades ao associativismo. Em última instância, num tempo em que a descrença política já não era de molde a fazer superar as diferenças económicas face aos europeus, tornadas intoleráveis para o orgulho dos nativos, muitos destes já não se sentiriam identificados com um associativismo que representava um diferimento de promessas e um modo de vida cada vez mais inatingível. Logo, era possível que se voltassem para outras formas de leitura do mundo e de sociabilidade - as de tom mais tradicional ou mais particular - num tempo de degradação das suas condições de vida.

As comemorações do duplo centenário e a aparente solidez do regime num devastado cenário de conflagração generalizado empurraram para a adesão ao regime vários são-tomenses, alguns dos quais anteriormente envolvidos nos movimentos de contestação às autoridades coloniais e aos desígnios de Lisboa. Outros, vendo reduzir-se o espaço social para a sua realização pessoal ou para a missão de reivindicação moral a favor dos seus conterrâneos, emigrariam para Angola. Algum associativismo são-tomense erigir-se-ia em Angola mas a sua notoriedade terá sido episódica.

Mais uma vez, os ilhéus ficavam privadas de elite. Note-se que, ao invés de outras colónias - caso, por exemplo, de Angola -, em S. Tomé e Príncipe não existia uma tradição de radicação de europeus que, por exemplo, abraçassem a terra como sua e cuja postura de autonomia constituísse um indicador de que a terra podia ser uma pátria, tal um dos efeitos (vulgarmente esquecidos) de uma colónia talhada como uma plantação e avessa, por isto como pela sua exiguidade, à europeização do seu tecido social. O pico de europeus acompanhara o das roças e não tivera efeitos duradouros na produção de uma consciência da terra. Algo desta realidade se projectava sobre os próprios ilhéus que pareciam encontrar na evasão a única saída para não estagnar e alcançar as suas metas pessoais. Basta pensar que, não obstante a actividade censória e as duras condições políticas dos anos 30, foi na metrópole que, a cavalo do propalado interesse pelas colónias usadas como montras da capacidade colonizadora dos povos, se publicaram jornais de temática e pendor africanos, em torno dos quais se reagrupavam filhos de S. Tomé e Príncipe.

## **A crise das roças e a política de mão-de-obra**

A crise de 1929 e a conseqüente descida das cotações trouxe implicações no ordenamento das roças, a começar pelos quantitativos dos serviçais. Contra o que alguma vez teriam imaginado, os roceiros procederam ao repatriamento de milhares de trabalhadores e cessaram os recrutamentos.

O governo acudiu com medidas de protecção à agricultura. Os *modus vivendi* de 1926 ao abrigo dos quais as outras colónias cediam mão-de-obra foram ignorados, os salários reduzidos e os contratos dos que tinham permanecido nas roças tácita e indefinidamente prolongados. Tal significava, por exemplo, a derrogação do repatriamento, sem dúvida alguma a principal das ambições dos trabalhadores.

Apesar do abandono dos métodos de cultura intensivos e dos terrenos de produtividade marginal, os quantitativos de braços rapidamente se tornaram de novo insuficientes para o empenho nas várias tarefas das roças, ao tempo apostadas numa diversificação das produções, mormente das oleaginosas. Ao rombo nos contingentes causado pela massiva repatriação de 1931-32, juntava-se a incapacidade de exigência produtiva acrescida a pessoal a um tempo progressivamente exausto, acomodado e desanimado pela sua repatriação e sobre quem, por si só, a coerção extra-económica deveria ser cada vez menos profícua.

O recomeço das demandas de novos recrutamentos em 1934 colidiu com as primeiras tentativas do poder de reformular a política de mão-de-obra, materializadas num projecto de diploma de 1933. Só em 1936 as autoridades de Lisboa promulgariam legislação com que acediam à necessidade de importação de braços, a qual se iniciaria em Dezembro de 1937 com o recrutamento em Angola tendo as autoridades de Moçambique recusado ceder braços às ilhas.

Interessante é referir a clivagem entre poder colonial e os roceiros no tocante ao aproveitamento dos braços nativos, desenhada justamente na época em que em Lisboa se delineava a política de mão-de-obra que perduraria nas décadas seguintes. Nessa pendência, os roceiros transformar-se-iam num actor histórico tacitamente convergente com as metas dos nativos. Na época, a pedra de toque da demarcação destes face aos serviçais era a questão da extorsão de trabalho e, naturalmente, a da resistência à integração nas roças, representada como um acto da sua vontade pelos ilhéus, independentemente do (por regra omitido) menor interesse dos roceiros no seu concurso produtivo. Na década de 30, no pico do pensamento imperial, as tentativas de extorsão de trabalho foram desaprovadas por Lisboa. Depois da exacção do imposto individual indígena e do conseqüente agravamento das condições de vida dos ilhéus nos anos precedentes, em 1937, a pretexto da falta de trabalho para os nativos e da carência de braços nas roças, o encarregado de governo publicou um despacho pelo qual os regedores os poderiam canalizar para as roças. Como noutros territórios coloniais, tratava-se de sustentar as necessidades das plantações à custa do sector tradicional pelo que, sem derrogação explícita da liberdade de contratação mas sob a ameaça do imposto, se ensaiava de forma velada o fornecimento, ao menos sazonal, de braços às roças. Na ilha, viveu-se alguma inquietude, que obrigou à publicação de um edital a apodar de falso o boato segundo o qual o governo pretendia coagir à contratação com as roças. Assim, o despacho apenas respeitava aos que voluntariamente se quisessem contratar para quaisquer serviços

por intermédio da administração concelhia. Ao indício do desinteresse dos roceiros nesta iniciativa, de Lisboa mandaram-se anular as disposições que permitiam às autoridades entregar os ilhéus às roças por indevida interferência do Estado na liberdade de contratação. Não obstante os ainda poucos dados sobre a história recente do arquipélago, não parece crível que esta determinação fosse lavrada ao arrepio da vontade dos roceiros e apenas em atenção ao respeito pela lei ou à inconveniente derrogação da cidadania dos ilhéus. Na verdade, a preservação do poder dos roceiros numa sociedade segmentada ia tendencialmente contra o recrutamento local de mão-de-obra, condenando por inútil o voluntarismo dos que tentavam forçar os ilhéus ao trabalho das roças. Por meio deste desencontro de interesses entre autoridades e roceiros também se definia o posicionamento a um tempo marginal e intermédio dos ilhéus na sociedade colonial.

### ***Poderes e quotidiano nas roças até meados de Novecentos***

No difuso discurso anti-colonial as roças tornaram-se o alvo do maior criticismo, no que confluíram motivações diversas e, o mais das vezes, implícitas. Numa palavra, deixemos dito que o grosso dos empreendimentos económicos europeus - caso das plantações ou das minas - suscitou críticas devido ao recurso à coacção extra-económica sobre uma mão-de-obra amiúde desenraizada e que, admitamo-lo, à partida só por pressão das administrações coloniais através da exacção fiscal ou do recrutamento forçado trocava os seus padrões de vida e o seu meio ambiente pela participação marginal na riqueza gerada à custa do uso intensivo da sua força braçal. Se, em tese, esta visão se aplica às roças, conferindo aparente pertinência ao discurso anti-colonial, a verdade é que a análise histórica impõe uma abordagem analítica mais minuciosa e atenta, por exemplo, às inúmeras mutações sociais, de regime de trabalho, de contingentes de força de trabalho, das próprias relações de poder e, enfim, do consequente reverso da acomodação recíproca dos diferentes agentes sociais, dirigentes e força de trabalho.

No caso das roças, é curioso realçar terem elas sido alvo das críticas de sujeitos históricos - os são-tomenses - a elas não sujeitos directamente, o que obriga a pensar que a coberto das críticas à privação de direitos da força de trabalho existiam, como frequentemente sucede em todos os processos históricos, outras motivações, mormente as relacionadas com a intuição não confessada de que as roças escoravam a hegemonia colonial e determinavam a sua inferior condição económica e social face aos colonos (até pelo peso que no imaginário são-tomense a emblemática questão da expropriação da terra ocupou desde os primórdios de Novecentos). Sumariamente despistadas algumas das (instrumentais mas em todo o caso politicamente legítimas) motivações ideológicas do discurso sobre as roças, ensaiemos, então, uma sintética análise dos condicionalismos da evolução das relações e do quotidiano dos sujeitos envolvidos nas roças até meados do século, época em que, independentemente do cristalizado racismo, as relações nas roças começaram a sofrer modificações em virtude da crescente interferência das autoridades. Para isso focaremos questões como o do quotidiano de pessoal dirigente e braçal, a acomodação e aculturação dos serviçais, os mecanismos coercivos que lhes subjaziam, os processos de resistência dos serviçais e, por fim, a interacção com o tecido social envolvente.

O grupo dos roceiros conheceu muitas variações ao longo da história das roças do cacau. Primeiro constituído pelos proprietários, seria depois formado pelos administradores, cargo conferido a militares e pessoal qualificado na época de maior prosperidade e, ao invés, a europeus de baixa extracção cujos tirocínio e ascensão profissional (e social) se processavam na roça ao longo de anos, quando não de décadas. Desta mutação dos roceiros se infere a necessária alteração do seu poder. Na verdade, ao contrário dos absentistas, os administradores tinham estreita margem de manobra, mau grado (a aparência de) um poder discricionário de que muitos dispuseram sobre a vida e o trabalho dos serviçais (limitado pela valia económica da mão-de-obra).

Mais significativo e, porventura, não menos importante do ponto de vista da desejada pacificação nas roças, seria o efeito de antropomorfização das próprias roças (justamente na épocas em que, por via do aumento dos contingentes e de necessidade económicas, as relações se tornavam mais impessoais). Esse efeito das roças como que tornava solidários na observância dos respectivos imperativos - caso, por exemplo, do trabalho dominical - dirigentes e dirigidos. Isto permitia não só a aparência de coesão social como também a convicção (que embora ilusória nem por isso deixaria de ser real e operante) dos europeus acerca do seu paternalismo, o qual, obviamente, não impedia, antes demandava, o tutelar exercício da violência. Na verdade, na ausência de radicação na terra dos administradores e em vista dos preconceitos raciais, o paternalismo podia aflorar no tratamento dos serviçais mas dependia da personalidade dos roceiros, um factor pessoal que, diga-se, podia não ser de somenos importância no quotidiano dos serviçais de cada uma das diferentes roças.

Pela sua natureza centrípeta, as roças exerceram um efeito de acomodação, alguma medida, de aculturação, em suma, de transformação da personalidade social dos serviçais. A acomodação constituía condição *sine qua non* de um cabal desempenho produtivo dos sujeitos social e culturalmente desenraizados chegados às roças. Assim, embora adoptando métodos diferentes no tempo, os roceiros tentaram sempre acomodar os seus serviçais. Já a adopção de práticas de aculturação se mostrou menos universal. Ao invés do sucedido em Oitocentos, no século XX os roceiros foram prescindindo da transformação social e cultural dos serviçais, por suposto uma das metas da própria missão colonizadora. Tal resultou não só do calculismo económico como da intuição da maior facilidade de contenção dos serviçais, caso se lhes permitisse um espaço para a reprodução das suas condições de vida, desde os parâmetros de subsistência até à expressão das suas actividades lúdicas, religiosas e outras compatíveis com as demandas das roças. Assim, à europeização preferiu-se a reprodução da *indigenização* dos serviçais, assim tornados menos capazes de integração no meio envolvente às roças. Mais, a *indigenização* dos serviçais resultava no encapsulamento das várias comunidades de origem diversa - angolanos, moçambicanos, caboverdianos e outros - que, assim, se continham mutuamente em benefício da paz social nas roças.

Os métodos de contenção dos serviçais foram os universalmente observados em empreendimentos económicos assentes na clivagem racial entre pessoal dirigente e força de trabalho juridicamente desqualificada para efeito de extracção de labor. O aspecto central era o da privação de direitos jurídicos, justificados pela inferioridade racial e, por conseguinte, civilizacional. Daqui decorria a penalização das faltas laborais que, em larga medida delegada no exercício da tutela do patrão, resultava na

faculdade de condicionar a vida dos serviçais e, ao mesmo tempo, de se eximir à fiscalização dos curadores. Ao contrário de ideias feitas, parte da estrutura de poder das roças contou em larga medida e frequentemente com serviçais cooptados para funções de controlo dos seus companheiros de origem ou de condição.

Evidentemente, a violência física foi uma nota das roças, embora seja difícil asseverar ter-se tratado de uma presença no quotidiano dos serviçais. Em todo o caso, não foi uma variável independente porque oscilou muito em razão das conjunturas políticas, tendo os roceiros nítida noção da violência tolerável pela autoridade e socialmente perigosa porque tornada insuportável para os serviçais. Justamente, um indício da complexidade das relações nas roças é o facto destas terem sobrevivido e continuado a laborar em épocas em que aos olhos de todos, incluindo dos serviçais, era manifesta a falta de suporte das autoridades aos designios dos roceiros e, portanto, a menor capacidade coerciva dos roceiros como, por exemplo, sucedeu na ilha do Príncipe nos primeiros anos de Novecentos.

Por regra, os trabalhadores pautaram a sua conduta pela resistência passiva, quando não pela apatia ou pelo conformismo. Evidentemente, escasseavam o tempo e as forças para uma vida própria dos serviçais, para a sua organização, factos que os empurraram para reacções individuais ou isoladas. Das respostas típicas dos escravos - de que avultam as fugas e, em menor número, os suicídios e os assassinatos em Oitocentos -, passaram à contenção e à resistência passiva, não se encontrando senão raramente respostas indiciadoras de uma embrionária consciência organizada e política.

Para além da própria condição social de inferioridade, parte do comedimento dos serviçais neste século deveu-se a dois aspectos cruciais, a saber, o da mais clara percepção do mundo e da condição em que eles se encontravam nas roças (ao invés do sucedido com os resgatados no *binterland* africano em Oitocentos) e à expectativa do repatriamento, tornado efectivo neste século mau grado as derrogações temporárias devidas à eclosão dos conflitos mundiais ou à grave crise dos anos 30.

Se as suas respostas não foram social e politicamente concertadas, tiveram, ao invés, claros contornos étnicos, conduzindo, inclusive, à construção de esteriótipos sobre os comportamentos justificativos da preferência por trabalhadores de uma certa origem. Concretizando, e independentemente da falibilidade das generalizações, diga-se que os *angolas* (e, já neste século, os angolanos propriamente ditos) foram de longe os preferidos dos roceiros que tanto quanto puderam evitaram o recurso aos caboverdianos.

Finalmente, os roceiros tentaram impedir a interacção dos serviçais com os ilhéus, desiderato no qual contaram com o concurso dos ilhéus, desejosos de vincar a sua diferença face aos serviçais. A prevenção de contactos com o meio e o isolamento possível nas roças eram um garante da disciplina e dos bens na roça. Assim, ao mesmo tempo que os serviçais escorariam a hegemonia dos roceiros, os ilhéus seriam alvo da deriva de parte dos comportamentos reactivos dos serviçais. Obviamente, tal não foi conseguido em absoluto, sendo comuns em Oitocentos, processos por acoitamento de fugidos. Já neste século, registar-se-iam processos por roubo e permuta de géneros roubados por aguardente que aos serviçais era vedado adquirir nas lojas comerciais. Mas a interacção subjacente a esta economia subterrânea e a outras trocas sociais entre ilhéus e serviçais nunca foi de molde a favorecer a integração social em detrimento dos ditames das roças.

## ***Os projectos de engenharia social e a tragédia de 1953***

O pós II Guerra trouxe uma alta das cotações dos produtos coloniais, actualizando a necessidade de mão-de-obra nas roças, na sequência do que se esboçou uma velada medição de forças a respeito da cada vez mais escassa mão-de-obra colonial. Por vicissitudes várias, de que avultam o populismo, o voluntarismo político e o racismo, o projecto de engenharia social idealizado como solução para a escassez da mão-de-obra conheceria um trágico fim.

Por regra, os são-tomenses tendem a ver o episódio de Batepá como uma agressão colonialista dirigida contra eles por resistirem ao contrato. Implícita está a ideia do interesse dos roceiros no concurso da mão-de-obra nativa. Na verdade, esta é apenas uma face do problema e será talvez mais profícuo ler os eventos de Batepá como o corolário da luta surda pela definição de uma política de mão-de-obra que remontava pelo menos à década de 30, época em que se tornara um dado adquirido a valia da mão-de-obra colonial. Ao invés de uma leitura simplista deduzida da oposição dos roceiros aos nativos - tributária da memória da disputa pela posse da terra -, a verdade é que os próprios roceiros não enjeitavam uma representação social dos nativos que os isentava do serviço nas roças. Radicada na diversificação social, notória do passado, e na diferenciação face aos serviçais, de alguma forma simbolicamente herdeiros da condição dos escravos nas roças, essa representação sustentava a isenção dos nativos de contrato para as roças a que eles eram manifestamente refractários. Evidentemente, ao invés do voluntarismo de alguns governadores, os roceiros eram os principais interessados em não importar para as roças a conflituosidade da terra (já lhes bastava a economia subterrânea da troca de cacau por aguardente, em que tinham interesse ilhéus pequenos proprietários e alguns comerciantes, entre eles europeus). A condição de preservação do labor nas roças assentava na disjunção do espaço das roças do tecido social primevo na qual elas se tinham implantado. Tal era assegurado, como se referiu, pelos constrangimentos à liberdade de movimento dos serviçais mas, justamente, dependia também da não contratação de nativos a não ser em circunstâncias pontuais. Por muito onerosa que no plano político e diplomático se revelasse para o governo português, a importação de braços tinha importância até na contenção social recíproca de ilhéus e de serviçais e, portanto, na preservação da hegemonia das roças.

O governador Gorgulho quis, com certeza, mobilizar os ilhéus para as roças. Desejaria, por certo, provar a Lisboa e aos roceiros que os nativos tinham préstimo para as roças, com o que ele resolveria um problema de política de mão-de-obra que se arrastava havia décadas. Ensaiou, com aumentos dos salários dos serviçais, tornar as condições atractivas para os nativos, sujeitos a uma velada pressão económica e social lograda com a competição provocada pela importação de caboverdianos. A fraca adesão dos ilhéus ao seu projecto de engenharia social levou ao avolumar da tensão que, numa época de um pico de racismo, desembocou na sobejamente invocada tragédia de Batepá. Evidentemente, só o racismo (que confere aparente fundamento à ideia de massacre e de vitimização) explica a virulência dos procedimentos das autoridades na colónia, mas tal racismo não configurava a política desenhada na metrópole.

Como os dos anos 30, os eventos de Fevereiro de 1953 consagraram uma ordem social na qual aos ilhéus ficava como que definitivamente atribuída uma posição a um tempo marginal e intermédia. Com efeito, os ilhéus quedavam isentos da contribuição braçal para as roças e, da mesma forma, economicamente marginalizados.

## ***Mutações sociais nas décadas de 50 e de 60***

Numa perspectiva deduzida da ideologia anti-colonial, tende a interpretar-se as mutações sobrevindas na década de 60 nas roças em razão da eclosão dos conflitos nas colónias continentais. Se isto comporta algo de verdade, também é certo que os roceiros (mesmo se em luta com os políticos) mantiveram o poder, ou seja, a determinação das relações pertenciam ainda aos roceiros, ainda e sempre, numa relação tensa com o poder político. Quanto aos ilhéus, considerando embora a sua posição de marginalidade económica e social, é possível que tenham beneficiado das mudanças políticas e jurídicas no regime de trabalho. O fim dos condicionalismos à livre circulação dos ex-serviçais facilitou a sua mobilidade física e decerto gerou oportunidades para a pequena economia assente, porque não, no furto de géneros depois transaccionados no mato. Os serviçais iam ganhando maior determinação sobre a sua vida e, por exemplo, cumprimento atempado da repatriação.

Se é certo que as mudanças nas relações sociais nas roças foram uma injunção da emergência do nacionalismo e, em concreto, da luta armada nas colónias, será redutor considerar as mudanças nas roças à luz apenas dessa pressão política. Ao invés, é provável que uma fracção dos proprietários visse longe e tenha tido um papel na renovação e recondução das relações sociais nas roças para o campo estritamente laboral, económica e politicamente menos oneroso. Quando não fosse o caso dos proprietários atenderem a considerações estratégicas relativamente à preservação dos seus interesses, agiam em razão das possibilidades de recrutamento. Cerceadas em Angola, circunscritas em Moçambique, proibido o alvitrado recrutamento de daomeanos, os roceiros voltaram-se para Cabo Verde. Nesta época, não só observaram escrupulosamente as cláusulas da repatriação como pugnaram e obtiveram, contra a vontade do governo de S. Tomé e Príncipe, a liberdade de circulação dos caboverdianos entre as duas colónias sem procedimentos administrativos, com o que não apenas se diminuía os encargos como se insinuava a criação de uma reserva de mão-de-obra *in loco* para atender aos picos sazonais de trabalho nas roças.

Uma vez limitada a tutela sobre os serviçais, aos roceiros pouco importavam os conflitos, agora vertidos no meio local. Uma vez mais tais conflitos preservavam o *status quo* colonial. A rivalidade inter-étnica só não conheceu maior expressão porque o fundamentalismo dos roceiros no tocante à propriedade, que as autoridades não quiseram afrontar, vedou a fixação, a diferenciação social e a afirmação das comunidades migrantes. Ainda assim, ao mesmo tempo que não deixavam de manifestar o seu desdém pelos 'filhos das roças', os ilhéus queixavam-se dos atropelos dos serviçais, uma questão de ordem pública a propósito da qual se desejava um conflito entre a PIDE e os roceiros. Na circunstância, entre o extremado zelo policial de quem queria preservar o sossego público e político e quem, ao invés, minimizava esses riscos e concedia primazia à salvaguarda de interesses económicos. Tal foi manifesto a propósito dos caboverdianos, mas também a respeito da importação de indesejáveis moçambicanos, nomeadamente os condenados administrativamente por actividades de engajamento clandestino ou de difusão de ideias subversivas, o mais das vezes ideias religiosas tidas por sectárias e avessas à autoridade.

***A consciência colonial: gérmens e óbices.***  
***A condução política no período final do colonialismo***

A pressão das autoridades coloniais agravava-se com o Estado Novo. A rígida ordenação política e social tornou-se um imperativo substantivo de governadores que liam o mundo e o cumprimento da sua função segundo a hierática visão do pensamento autoritário emergente na Europa e sobrevivente no Portugal para além da II Guerra Mundial. Tal pressão política e a exclusão racialmente recortada haveria de provocar a génese da consciência de colonizados em termos assaz diferentes da produzida nos primórdios de Novecentos.

Em todo o caso, a emergência da consciência anti-colonial ou nacionalista não foi um processo imediato nem linear. Numa sociedade microscópica e politicamente tutelada, onde a intensa interação pessoal se cruzava com o escrutínio informal e policial dos comportamentos íntimos alheios, onde a marginalidade do grosso da população fazia da mediação e do patrocínio um expediente necessário conquanto comprometedor, a possibilidade de estabelecimento de laços de dependência, de fidelidade pessoal e clientelares avessos às posições ideológicas e políticas dos indivíduos militava contra claros pronunciamentos políticos e ideológicos. A lealdade pessoal, parecendo a elementos da elite nativa a melhor plataforma de defesa dos seus conterrâneos, transmudava-se numa incontornável lealdade política. Num tal dilema viram-se, por exemplo, Tomé Agostinho das Neves e, mais tarde, Salustino da Graça do Espírito Santo, cujo comedimento político não podia deixar de influenciar os seus patrícios sem outra vivência social que a da terra natal. Justamente, não se exclua também a política de atracção do governo e os seus efeitos na atenuação da crispação política sobrevinda a actos atrabiliários como, por exemplo, o do governador Gorgulho.

De facto, à luta de libertação nacional e à propaganda anti-colonial, o governo opôs uma política paternalista e a cooptação de ilhéus para a administração. O apagamento da memória de 1953 foi a primeira preocupação das autoridades e uma linha mestra da condução política no território. Daí a nomeação do governador civil Abrantes Amaral e a condenação a pesadas penas de prisão de autores materiais de atrocidades, como o célebre Zé Mulato. A mediação de personagens de prestígio no meio como o Pe. Martinho da Rocha no diálogo entre autoridades e notáveis locais, por um lado, e medidas no tocante a benfeitorias, por outro, pareciam garantia bastante para conter sentimentos adversos à situação política. Afora isso, vários governadores viam a necessidade de aproximação aos nativos e a necessidade de se lhes conceder lugares de representação e direito de opinião, ao menos em questões menores da administração do território. Medidas como a da abolição do imposto individual indígena em 1956 não podia deixar de pacificar a situação, uma vez que constituía a ratificação mais palpável da cidadania dos ilhéus que projectos recentes de engenharia social atinentes à sua 'indigenização' tinham posto em causa. Em suma, as autoridades tinham a intuição de que uma política paternalista de benfeitorias materiais e de reparação de agravos injustamente sofridos bastariam para a contenção política e social.

Subsistia, todavia, um problema que a mera política de apaziguamento e de pacificação não conseguia resolver no imediato, a do mutismo e do alheamento dos nativos, talvez a forma mais contumaz de dissensão contra a distribuição assimétrica do poder, dos recursos e mesmo tão só das oportunidades de participação na vida social que poderiam ter sugerido uma maior integração social, à semelhança da que vigorara em

Oitocentos quando eram abissalmente diferentes as relações raciais e o posicionamento económico e político de europeus e nativos, indistintamente distribuídos na hierarquia social. Embebidos de uma óptica racista, os europeus liam esse alheamento como prova de uma índole ingrata, não lhes ocorrendo que esse padrão comportamento derivava da cavada distância social e da marginalidade social a que os ilhéus tinham sido votados nos decénios precedentes, desprezando-se, inclusive, as suas manifestações de portuguesismo e de adesão ao outrora tão celebrado desígnio do Portugal Maior. De uma certa perspectiva, essas leituras talvez não deixassem de relevar de uma má consciência pelas atrocidades de 1953.

Fosse como fosse, foi-se reproduzindo um conjunto de asserções relativas à pouca fiabilidade dos nativos, asserções que tinham uma história de decénios no tocante a preconceitos que enformavam as relações entre europeus e as franjas das populações coloniais capazes de competição social (e política) com eles, como fora e era o caso dos são-tomenses. Diferentemente dos serviçais, os ilhéus não estavam directamente subordinados aos europeus, socialmente diversificados tinham um passado de civilização e de riqueza, alguns eram ilustrados como o não eram muitos europeus, eram católicos e, aspecto crucial, tinham uma ligação à terra acentuada pela quase nula mobilidade entre o arquipélago e a metrópole, condição obviamente conducente à emergência de sentimentos nacionalistas.

As autoridades viam-se, assim, também numa situação dúplice, qual fosse a de captar a simpatia daqueles de quem diziam não serem fiáveis. Viam-se a braços com outro problema, o da necessária promoção social dos negros equivaler, na óptica dos pressupostos por que durante decénios se tinham guiado e que ainda não tinham abandonado, ao fabrico de opositoristas e de adeptos da independência. Viam-se, ainda, a braços com outra questão, qual fosse a dos comportamentos reactivos de europeus que insistiam na preservação ao menos de uma hierarquia simbólica e que, por isso, censuravam as pressupostas contemplanções das autoridades com a alegada insolência dos negros. Tais, por exemplo, os escolhos a uma reconstrução política que cimentasse o tecido social. Ao invés, perpetuava-se um caldo de cultura propício à emergência da consciência do colonizado.

Mau grado o supracitado retrato da população nativa, salvo pontuais situações, a situação política parecia controlada (tão controlada que os próprios governadores eram objecto de controlo da PIDE), para o que em muito contribuía a insularidade. As circunstâncias eram tão favoráveis que os agentes da PIDE amiúde falavam de paz social, chegando mesmo a referir o não terem efectuado qualquer prisão por largo lapso de tempo. Estava referenciada uma fracção de ilustres a quem se atribuía uma atitude hostil mas cautelosa, isto é, a de uma expectativa esperançosa no desenlace dos acontecimentos nas restantes colónias. Por exemplo, essa era a posição de Salustino da Graça do Espírito Santo. A maioria era manifestamente alheia a movimentações políticas e sociais. Desde 1955, ano da instalação formal da PIDE, raros foram os panfletos aparecidos e, aparte umas tomadas de posição pública como a que Januário da Graça do Espírito Santo quis fazer quando da visita presidencial de 1963, a PIDE teve de atentar no que denominava de manifestações de ódio racial, mormente em 1965 e em 1972 (curiosamente coincidentes com baixas nas cotações de cacau). O evento de maior monta foi a prisão em Lisboa, em Dezembro de 1965, por actividades subversivas de 17 são-tomenses, entre os quais Alda do Espírito Santo. Regressados meses depois às ilhas, alguns deles remeteram-se a um relativo silêncio. Fosse como fosse, eventuais reper-

cussões de tais fenómenos ou eram circunscritas - nas festas da cidade de S. Tomé praticamente coetâneas da prisão, a afluência popular não se ressentiu das ocorrências em Lisboa - ou tendiam a refluir, sinal de que o sentimento de discriminação racial era socialmente refractado e que, mesmo se consciencializado por uma elite, não encontrava ressonância em parte significativa da população, socialmente marginalizada, por um lado, ou desligada da terra e porventura identificada com as roças, por outro.

Foram raras as movimentações colectivas e de modo algum configuravam claras afrontas ao poder colonial. Em Dezembro de 1960, os ilhéus deixaram de efectuar compras nos estabelecimentos de europeus, alegando que os brancos queriam matar os negros com produtos alimentares envenenados. Em Janeiro de 1961, dois terços da população escolar faltou às aulas para não ser vacinada. O motivo era receio de envenenamento através da vacina. Este receio, bem como o de esterilização, geraria a repetição de uma manifestação de repulsa pela vacinação sobretudo nos alunos do ensino primário. Em Junho de 1970 grande percentagem da população recusou-se a preencher os boletins do recenseamento populacional que, além de demasiadamente complicados, constituíam uma devassa à sua vida privada. Em Junho de 1971 grande parte das populações das vilas de Santana, Ribeira Afonso e Neves recusaram a entrada em suas casas às brigadas de desinfeção para a erradicação do paludismo sob a alegação que os produtos empregados na desinfeção eram tóxicos ou de que a desinfeção os obrigava a abandonar a casa durante muito tempo.

Nalguma medida resultante da segmentação cultural característica da evolução da sociedade colonial são-tomense e dos preconceitos dos europeus que encontravam nessa disjunção social um conveniente caldo de cultura, a esporádica ocorrência de atitudes de rejeição ou de protesto não era entendida como produto de uma actividade de oposição mas atribuída, senão a atavismos ou à índole da população local, pelo menos ao seu atraso cultural. Não obstante os ecos da propaganda do CLSTP, depois MLSTP, bem como das emissões escutadas no arquipélago, não se registava qualquer actividade militante organizada que, segundo a polícia política, a ter existido poderia ter causado problemas, ou seja, explorado as clivagens sociais. Os receios de convulsões políticas atinham-se por regra à possibilidade de incursões de grupos armados que todavia nunca foram suficientes para uma mobilização de um maior aparato militar. Tal apenas sucedeu quando o termo da Guerra do Biafra sugeriu a possibilidade de retaliação por parte da Nigéria.

Se a arquitectura política e a hierarquia se afiguravam inquestionáveis, já o apaziguamento era possível. Algum paternalismo na condução da política, benfeitorias materiais e a aparência de afrontamento dos roceiros bastavam para gerar, senão uma relativa adesão, pelo menos o desanuviamento das tensões políticas e raciais. Na verdade, pese embora todos os conditionalismos das eleições, estas eram um barómetro do descontentamento da população que importava conter e, se possível, inverter. Assim, o inspector da PIDE que, como dissémos, funcionava a um tempo como controlador até da própria actuação do governador quer como conselheiro político, lutou para que nas propostas para deputados, bem como nas listas da União Nacional e, depois, da Acção Nacional Popular para os órgãos de governo local a representação da agricultura fosse a menor possível para não se tornar odiosa aos olhos dos nativos e não causar embaraços políticos. Em 1945, Júlio Freire, o candidato afecto à situação mas na verdade indicado pelos roceiros foi vexado. Com efeito, de 1152 listas entradas nas urnas, Júlio Freire apenas logrou obter 65 votos, acabando os restantes votos repartidos entre

dois candidatos independentes, facto do qual foi retirada a devida lição. A política paternalista e de benfeitorias materiais aplicada desde os anos 60 acabaria por se revelar apaziguadora, como o demonstraria a acalmia social lograda por Silva Sebastião ao cabo de anos de uma política de captação da adesão da boa vontade dos nativos. As eleições de 1969, nas quais a PIDE pugnou para ver arredado um candidato conotado com os roceiros, correram sem sobressaltos, sendo lidas como um voto em apoio do governador Silva Sebastião. O censo de 1970 causou incidentes que resuscitaram as habituais explicações da recusa dos ilhéus ao *contrato* e, não obstante a hipotética possibilidade de uma manobra concertada, a dimensão e a natureza dos incidentes não suscitaram medidas especiais das autoridades. As listas de 1973 para os órgãos de governo local integravam uma maioria de nativos e reuniram uma considerável votação, mais elevada do que outras em idênticas circunstâncias políticas.

Como referimos, sem prejuízo da prevalência de um racismo multifacetado, a sociabilidade quotidiana forçosamente pesava na diluição das fronteiras raciais que se mesclavam com as sociais. Tal mostra como os fenómenos identitários, mesmo quando tidos por profundos e inexoravelmente determinados por realidades como a coloração epidérmica ou o fenótipo, são, senão volúveis, pelo menos históricos. Como históricos eram gérmens de consciência identitária operantes em colectividades recreativas e desportivas como, por exemplo, os clubes de futebol.

O curso dos conflitos militares nas demais colónias estreitou o tempo para o poder lograr modelar política e socialmente a sociedade insular e o 25 de Abril viria a encontrar uma população que, não obstante as diferenças étnicas, de imediato abraçaria a ideia de uma redentora independência.

A consciência de colonizado afirmou-se na década de 60, ao que se sobrepôs a progressiva radicalização à luz de um difuso ideário marxizante, extremamente actuante na medida em que as fábulas da riqueza de outrora dos roceiros se contrapunham aos desníveis de padrões de vida durante décadas definidos por critérios raciais.

### ***A independência: construção política e coesão social***

Com o 25 de Abril rompeu-se a contenção até aí prevalecente, findando a situação de tranquilidade devida àquela contenção política. Numa sociedade estruturada não em função de valores locais mas caracteristicamente colonial - onde a recente política de dissolução de barreiras assentes na 'raça' não lograra apagar a memória de decénios de clivagens raciais e a conseqüente marginalidade social - a prometida construção de uma sociedade sem colonos e com a redistribuição da riqueza antes apropriada por estes suscitaram a unanimidade em torno da independência. Até porque, nalguma medida, a independência constituía a redenção de um passado de aviltação da 'raça são-tomense' e a possibilidade de retorno a um mítico *El Dorado* de riqueza e de posse das terras.

O MLSTP foi ungido como libertador e reconhecido como representante dos são-tomenses. Eventuais ponderações sobre interesses geo-estratégicos que se circunscreviam aos Açores e à Madeira, o recorte colonial do meio social são-tomense e a diluição dos mecanismos de poder em Portugal levaram ao reconhecimento do MLSTP como legítimo representante dos são-tomenses.

O curso dos eventos quer na metrópole quer na colónia cedo mostrou que as roças

não permaneceriam na posse dos até então seus titulares. Sobre as terras, cuja posse distinguiu social e juridicamente os cidadãos nativos dos indígenas contratados para as roças, projectavam-se outras pendências, mormente as relativas ao preenchimento dos cargos do Estado. Esta projecção era avivada pela circunstância da rala diversidade económica e social acentuar a lembrança de uma mítica 'idade de ouro' por suposto esvaída com a perda da terra. Diga-se que, de algum modo, os interesses económicos dos roceiros foram vítimas da construção social imposta pela hegemonia das roças. É difícil dizer se, num ambiente ideologicamente não radicalizado como o que caracterizou a independência das colónias portuguesas, os roceiros teriam logrado preservar os seus interesses económicos - a propriedade das roças - mas é, pelo menos, possível afirmar que a marginalidade social do grosso dos são-tomenses constituía um poderoso óbice a esse desiderato.

Consumada a independência, a pluralidade social foi entendida como avessa ao desenvolvimento. Independentemente da sobrevivência das agremiações tradicionais, privilegiou-se a organização hierarquizada tutelada pelo Estado no qual se tentou corporizar todas as formas de expressão social e identitária. Progressivamente, o regime de partido único significou a exclusão da largas camadas da população da participação da vida activa.

A hipertrofia do Estado, a disputa e concertação de conflitos e poderes projectadas na gestão das estruturas e actividades económicas, os consequentes maus resultados económicos, a desfavorável evolução das cotações do cacau e, por fim, a própria evolução política internacional acabaram por empurrar o regime de partido único para a abertura económica e, posteriormente, política.

Sem dramas, operou-se a transição para a democracia representativa. Como não sucedia desde a República finada em 1926, o exercício formal de liberdades e prerrogativas individuais voltou à vida local e à competição política

A terminar, a recente evolução política em S. Tomé e Príncipe, onde de algum modo se pode notar uma persistente distribuição assimétrica de bens e de recursos, obriga a questionar o peso dos mecanismos informais comparativamente ao papel das instâncias políticas e administração na modelação da sociedade e na distribuição paralela da riqueza e do poder, o que vale tanto para o regime de partido único como para a II República.

---

## **Bibliografia**<sup>5</sup>

- AAVV, 1966, *Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe - Curso de Extensão Universitária*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- ABSHIRE, David M. e SAMUELS, Michael (ed.), 1969, *Portuguese Africa. A Handbook*, Londres, Pall Mall Press Ltd.
- AGUIAR, Armindo, "As migrações na génese da nacionalidade santomense" in *I Reunião Internacional de História de África - Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX*, Lisboa, IICT-CEHCA, 1989
- ALEXANDRE, Valentim, 1979a, *Origens do colonialismo português moderno*, Lisboa, Sá da Costa
- ALEXANDRE, Valentim, 1992, "Portugal em África (1825-1974)" in TORRE, Hipolito de la Torre (coord.), *Portugal, España y Africa en los cien últimos cien años (IV Jornadas de Estudios Luso-Españoles)*, Mérida, Universidade Nacional de Educación a Distancia
- AMBRÓSIO, António, 1984, *Subsídios para a história de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Livros Horizonte
- AMBRÓSIO, António, 1985, "Para a história do folclore são-tomense" em *História* n°81, Lisboa
- ANDRADE, Mário Pinto de, 1997, *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- BARATA, Óscar, 1965, "O povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe" in *Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- BRITO, Raquel Sociro de, 1965, "Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Alguns aspectos da terra e dos homens" in *Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- CABRAL, João de Pina, 1991, "O sagrado e o drama" in *Análise Social* n°111, Lisboa
- CAHEN, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n°14-15, Lisboa, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos - Instituto de Investigação Científica Tropical
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, 1999, *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Cosmos, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses
- CHILCOTE, Ronald H., 1967, *Portuguese Africa*, New Jersey, Prentice-Hall, Inc.
- CEITA, Maria Nazaré, 1991, *Ensaio para uma reconstituição histórico-antropológica dos Angolares de S. Tomé*, policopiado
- CÉSAR, Amândio, 1969, *O 1º barão de Água-Izé*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar
- CLARENCE-SMITH, W. Gervase, 1989, "Creoles and peasants in São Tomé, Príncipe, Fernando Póo and Mount Cameroun, in the Nineteenth Century" in *I Reunião Internacional de História de África - Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*, Lisboa, IICT
- CLARENCE-SMITH, W. Gervase, 1990, *O terceiro império português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema

---

<sup>5</sup> Não se mencionam fontes primárias nem mesmo se pretende apresentar uma bibliografia exaustiva. Seleccionaram-se as obras mais relevantes e recentes para uma abordagem histórica de S. Tomé e Príncipe.

- CLARENCE-SMITH, W. Gervase, 1991, "O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe" in Revista Internacional de Estudos Africanos n°s 14-15, Lisboa
- CLARENCE-SMITH, W. Gervase, 1993, "Labour Condition in the Plantations of São Tomé and Príncipe, 1875-1914" in Slavery & Abolition, vol. 14, n°1, Londres
- CARREIRA, António, 1983 (2ª ed.), *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Instituto Caboverdeano do Livro
- DENNY L. M. e DONALD, I Ray, 1989, *São Tomé & Príncipe*, Londres, Pinter Publishers
- Esboço histórico das ilhas de S. Tomé e Príncipe*, 1975, S. Tomé, Imprensa Nacional
- DUFFY, James, 1959, *Portuguese Africa*, Cambridge, Harvard University Press
- DUFFY, James, 1967, *A question of slavery*, Oxford, Clarendon Press
- EYZAGUIRRE, Pablo B., 1986, "The Ecology of Swidden Agriculture and Agrarian History in São Tomé" in Cahiers d'Études africaines n°101-102, vol. XXVI-1-2
- EYZAGUIRRE, Pablo B., 1986, *Small farmers and estates in Sao Tome, West Africa*, Ph.D. dissertation, Yale University
- EYZAGUIRRE, Pablo B., 1988, "Competing systems of land tenure in a african plantation society" in DOWNS, R. E. e REYNA, S P., (ed), *Land and society in contemporary Africa*, Hanover NH, U. P. of New England
- EYZAGUIRRE, Pablo B., 1989, "The Independence of São Tomé e Príncipe and Agrarian Reform" in The Journal of Modern African Studies, 27, 4
- EYZAGUIRRE, Pablo B., 1993, "Plantations, state farms and smallholders: cocoa production in São Tomé", Londres, SOAS, *Cocoa and Development Conference*
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos, 1951, *Império ultramarino português - monografia do império*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, II volume
- GONÇALVES, Manuel Joaquim Sobral, 1972, *Forros e angolares de S. Tomé*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- HENRIQUES, Isabel Castro, 1995, "As outras africanas: as reais e as inventadas" in Oceanos n°21, Lisboa
- HENRIQUES, Isabel Castro, 1997, *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, I.I.C.T. / I.C.P.
- História da República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Esboço do desenvolvimento social, económico, político e cultural*, s.d., policopiado
- HODGES, Tony e NEWITT, Malyn, 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press
- MARGARIDO, Alfredo, 1980, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo
- MACQUEEN, Norrie, 1998, *A descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito
- MEINTEL, Deirdre, 1984, *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*, Syracuse University
- MORGADO, Nuno Alves, 1957, *Contribuição para o estudo do problema demográfico de S. Tomé e Príncipe*, Sep. de Garcia de Orta n°4, vol. 5, Lisboa

- NARTEY, Robert Nii, 1986, *From slave to serviçal: labor in the plantation economy of São Tomé and Príncipe: 1876-1932*, Ph.D. dissertation, Chicago, University of Illinois at Chicago
- NASCIMENTO, Augusto, 1990, "Conflitos de europeus em S. Tomé e Príncipe" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº12-13, Lisboa, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos - Instituto de Investigação Científica e Tropical
- NASCIMENTO, Augusto, 1991, "Cabindas em S. Tomé" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº14-15, Lisboa, C.E.A.A.-I.I.C.T.
- NASCIMENTO, Augusto, 1992, "A crise braçal de 1875 em S. Tomé" in Revista Crítica de Ciências Sociais nº34, Coimbra
- NASCIMENTO, Augusto, 1992, "Duas figuras, duas elites, duas épocas em S. Tomé: Jacinto Carneiro de Sousa e Almeida e Augusto Gamboa" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº16-17, Lisboa, C.E.A.A.- I.I.C.T.
- NASCIMENTO, Augusto, 1992, *S. Tomé na segunda metade de Oitocentos: a construção da sociedade colonial (dissertação de mestrado)*, F.C.S.H.-U.N.L.
- NASCIMENTO, Augusto, 1993, "Conflitos raciais durante a República (1910-1926) - Um campo de luta: a imprensa dos naturais" in África nº16-17, S. Paulo, Universidade de S. Paulo
- NASCIMENTO, Augusto, 1993, "A vivência religiosa em S. Tomé na segunda metade do século XIX" in *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Actas, vol. IV, Braga
- NASCIMENTO, Augusto, 1995, "Conflitos locais e soberania portuguesa no Príncipe nas décadas de 1820 e 1830" in Mare Liberum nº10, Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto, 1995, "Salubridade, urbanismo e ordenamento social em S. Tomé" in *Construção e ensino da História de África*, Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto, 1996, "Lazer e dominação política e racial em S. Tomé" [entregue para publicação]
- NASCIMENTO, Augusto, 1997, "Recolonização, mutações demográficas e afluxo de degredados a S. Tomé no séc. XIX" in *História das Ilhas do Atlântico*, vol. II., Funchal, C.E.H.A.
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "Humberto Delgado versus o isolamento político de São Tomé" in *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Vega
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "Hegemonia das roças vs instituição municipal na ilha do Príncipe nos primeiros anos da República" in *O Município no mundo português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "A marginalidade social e política do protestantismo em S. Tomé e Príncipe (do último quartel de Oitocentos a meados de Novecentos)" in Lusotopie, Paris, Editions Karthala
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "O recrutamento de serviçais moçambicanos para as roças de S. Tomé e Príncipe (1908-1921)" em *Actas do Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "A sedição de 1931 em S. Tomé" in História nº1 (Nova Série), Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "S. Tomé e Príncipe" in ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.), *O Império Africano 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa

- NASCIMENTO, Augusto, 1999, "O estrangulamento do associativismo político são-tomense na década de 30" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº18-22, Lisboa, C.E.A.A.-I.I.C.T.
- NASCIMENTO, Augusto, 1999, "Todos compadres?..." in Revista Internacional de Estudos Africanos nº18-22, Lisboa, C.E.A.A.-I.I.C.T.
- NASCIMENTO, Augusto, 1999, "A Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910-1926)" in Arquipélago. História, 2ª Série, Vol. III, Ponta Delgada, Universidade dos Açores
- NASCIMENTO, Augusto, 1999, "Corporações religiosas de ilhéus em S. Tomé e Príncipe do liberalismo à República" in Estudos Afro-Asiáticos nº35, Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes
- NASCIMENTO, Augusto, 1999, "Evolução da política colonial e padrões de recrutamento e de inserção social dos caboverdianos em S. Tomé e Príncipe na primeira metade de Novecentos" [entregue para publicação]
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, "O quotidiano dos europeus nas roças de S. Tomé (primeiras décadas de Novecentos)" in Arquipélago. História, 2ª Série, Vol. IV, nº2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão-de-obra e das relações políticas)" in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*, Lisboa, CNCDP
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, *Relações de poder e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados do presente século*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, "S. Tomé e Príncipe no século XIX: um esboço de interpretação das mudanças sociais" in ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H. da U.N.L.
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, "Políticas coloniais, clivagens e representações sociais no associativismo são-tomense nas primeiras décadas de Novecentos" in *A África e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930). Actas da III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - I.I.C.T.
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, "Mulheres e ordenamento social nas roças em S. Tomé e Príncipe. Notas exploratórias sobre o caso das caboverdianas." [entregue para publicação]
- NASCIMENTO, Augusto, 2000, "Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento" [entregue para publicação]
- NASCIMENTO, Augusto, 2001, "S. Tomé e Príncipe (1890-1926)", [entregue para publicação]
- NASCIMENTO, Augusto, 2001, "Representações sociais e arbítrio nas roças em questão: as primeiras levadas de caboverdianos em S. Tomé e Príncipe nos primórdios de Novecentos" [entregue para publicação]
- NASCIMENTO, Augusto e DIAS, Alfredo, 1988, "Os Angolares: da autonomia à inserção na sociedade colonial" in Ler História nº13, Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto e DIAS, Alfredo, 1990, "A importação de libertos em S. Tomé no terceiro quartel de Oitocentos" in Revista de História Económica e Social nº25, Lisboa
- NEVES, Carlos Agostinho das, 1989, *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar

- NEWITT, Malyn, 1981, *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, Londres, C. Hurst & Co.
- NEWITT, Malyn, 1993, "The Cocoa plantation of Agua Ize on São Tome", Londres, SOAS, Cocoa Conference
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa, 1993, *A economia de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, ICE-IICT
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, 1981, *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*, Lisboa, FCSH-UNL
- QUELHAS, António Antunes, 1962, *A colonização portuguesa em S. Tomé no séc. XIX*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras, 1997, *São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, Lisboa, ISCSP-UTL
- SEIBERT, Gerhard, s.d., "A luta pela libertação em São Tomé vista pela PIDE (1963-1973)", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1991, *São Tomé and Príncipe after Independence From One-Party State to Parliamentary Democracy*, dissertação de mestrado, Utrecht, Universidade de Utrecht
- SEIBERT, Gerhard, 1993, "A Problemática do Estado Pós-Colonial em África e o caso de São Tomé e Príncipe", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1995, "A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos" in *Lusotopie*, Paris, Karthala
- SEIBERT, Gerhard, 1996, "O massacre de Fevereiro de 1953 em São Tomé. Raison d'être do nacionalismo santomense", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1998, "A questão da origem dos Angolares de São Tomé", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Leiden University
- SANTOS, Eduardo dos, 1964, *Pan-africanismo de ontem e de hoje*, Lisboa, Ed. do autor
- SILVA, Hélder Lains e, 1958, *São Tomé e Príncipe e a cultura do café*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- TENREIRO, Francisco, 1950, *Aspectos da colonização da Ilha de S. Tomé (séc.XVI-XX)*, Lisboa, XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Sep. do Tomo VI - 5ª Secção Ciências Sociais
- TENREIRO, Francisco, 1956a, *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta*, Praia, Imprensa Nacional
- TENREIRO, Francisco, 1956b, *As Ilhas de S. Tomé e Príncipe e o território de São João Baptista de Ajudá*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa
- TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- TORRES, Adelino, 1983, "Le role du capital bancaire dans les colonies portugaise de l'Angola et de St. Tome de 1864 au début du Xxe siècle" in *African Economy History*, vol.12
- TORRES, Adelino, 1989, "Legislação do Trabalho nas Colónias Africanas no 3º Quartel do Século XIX: Razões do Fracasso da Política Liberal Portuguesa" in SANTOS, Maria Emília Madeira (org.), *I Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*, Lisboa, IICT

- TORRES, Adelino, 1989, "Escravidão e economia colonial: o fracasso do liberalismo" in REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa
- TORRES, Adelino, 1990, "As colónias: da perda do Brasil à luta contra a escravidão" in REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa
- TORRES, Adelino, 1990, "As contradições do paradigma colonial" in REIS, António, *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa
- TORRES, Adelino, 1991, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher
- VAIL, Leroy e WHITE, Landeg, 1980, *Capitalism and colonialism in Mozambique. A Study of Quelimane District*, Londres
- VALBERT, Christian, 1989, "Le 'tchiloli' de São-Tomé. Un exemple de subversion culturelle" in *Les littératures africaines de langue portugaise*, Paris, Centre Culturel Portugais



Publicado com o apoio  
da APAD - Agência Portuguesa de Apoio  
ao Desenvolvimento, por ocasião  
da deslocação de S. Ex.<sup>ª</sup> o Senhor Secretário  
de Estado dos Negócios Estrangeiros  
e da Cooperação a São Tomé e Príncipe  
e da realização da Assembleia Geral  
Constitutiva da SPI.